

Excertos – Multiculturalismo – Pedagogia da esperança (Freire)

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

“A minha rebeldia contra toda espécie de discriminação, da mais explícita e gritante à mais sub-reptícia e hipócrita, não menos ofensiva e imoral, me acompanha desde minha infância. Desde a mais tenra idade que reajo, quase instintivamente, contra toda palavra, todo gesto, todo sinal, de discriminação racial. Como também de discriminação contra os pobres que, bem mais tarde, se definia contra a discriminação de classe.

Os depoimentos que ouvi de sul-africanos e sul-africanas, brancas ou negras e negros, quer em Genebra quer nos Estados Unidos, me chocaram e continuam a chocar ainda hoje quando os rememoro como agora. A brutalidade do racismo é algo com que dificilmente um mínimo de sensibilidade humana pode conviver *sem se arrepiar* ou dizer *que horror!*

Ouvi de brancos sul-africanos ou residentes na África do Sul, tão revoltados quanto eu, tão antirracistas quanto eu, narrativas dramáticas de práticas *discriminatórias* impensáveis. E de negros também. “Não posso”, me afirmou uma vez um jovem negro, homem de igreja, para meu espanto e em quase estado de descrença do que ouvia, “dizer, na presença de brancos, *meu Deus*. Devo dizer *vosso Deus*”.

Branco e negro, sul-africanos ou residentes na África do Sul com quem conversei falavam, de modo geral, das relações opressores-oprimidos; colonizadores-colonizados; branquitude-negritude usando elementos de ordem teórica comuns a Fanon, a Memmi e à *Pedagogia do oprimido*. Discutiam também como trabalhar sobretudo com a problematização de situações concretas e, através do aprofundamento da ou das razões de ser da experiência de esmagados que os grupos populares tinham de si mesmos, refazer a sua percepção anterior. Em outras palavras, como perceber a percepção anterior da realidade e assumir uma nova inteligência do mundo sem que isso significasse porém que, por estar sendo percebido de forma diferente, já tivesse sido o mundo transformado. Mas isso significava que, por causa da nova *inteligência* do mundo seria possível criar-se a *disposição* para mudá-lo” (FREIRE, 2020, p. 199-200).

“Reaprendi coisas antes aprendidas, coisas óbvias, como, por exemplo, que a *unidade na diversidade* tem de ser a eficaz resposta dos interditados e das interditas, proibidos de ser, à velha regra dos poderosos: *dividir para reinar*. Sem unidade na diversidade não há como sequer as chamadas *minorias* lutarem, nos Estados Unidos, pelos direitos mais fundamentais, mais, se se pode dizer, mínimos, quanto mais superar as barreiras que as impedem de “ser si mesmas” ou “*minorias para si*”, umas *com* as outras e não umas *contra* as outras” (FREIRE, 2020, p. 208-209).

“O que é possível, porém, é que, historicamente, não haja, agora, possibilidade por *n* razões, de realizar-se a unidade na diversidade. Que as bases de cada 'minorias', por exemplo, não tenham amadurecido o suficiente ainda para aceitar o diálogo, o estar *com*, entre elas ou, o mais provável, suas lideranças. Isto é outra coisa. Dizer, porém, que a *unidade na diversidade* é, em si, 'uma afirmação branca', não. Não é correto.” (FREIRE, 2020, p. 212).

“A multiculturalidade é outro problema sério que não escapa igualmente a essa espécie de análise. A multiculturalidade não se constitui na justaposição de culturas, muito menos no poder exacerbado e uma sobre as outras, mas liberdade conquistada, no direito assegurado de mover-se cada cultura no respeito uma a outra, correndo risco livremente de ser diferente, sem medo de ser diferente, de ser cada uma ‘para si’, somente como se faz possível crescerem juntas e não na experiência da tensão permanente, provocada pelo todo-poderosismo de uma sobre as demais, proibidas de ser” (FREIRE, 2020, p. 214).

“A tensão necessária permanentemente, entre as culturas na multiculturalidade é de natureza diferente. É a tensão a que se expõe por ser diferentes, nas relações democráticas em que se promovem. É a tensão de que não podem fugir por se acharem construindo, criando, produzindo a cada passo a própria multiculturalidade que jamais estará pronta e acabada. A tensão, neste caso, portanto, é a do inacabamento que se assume como razão de ser da própria procura e de conflitos não antagônicos, e não aquela criada pelo medo, pela prepotência, pelo ‘cansaço existencial’, pela ‘anestesia histórica’ ou pela vingança que explode, pela desesperação ante a injustiça que parece perpetuar-se” (FREIRE, 2020, p. 215).

“É preciso também deixar claro que a sociedade a cujo espaço por motivos econômicos, sociais, históricos, chegaram outros grupos étnicos e aí se inseriram em relação subordinada, tem sua **classe dominante**, sua cultura de classe, sua linguagem, sua sintaxe, sua semântica de classe, seus gostos, seus sonhos, seus fins, seus projetos, valores, programas históricos. Sonhos, projetos, valores, linguagem que a classe dominante não apenas defende como seus e, sendo seus, diz serem nacionais, como exemplares, mas também por isso mesmo, ‘oferece’ aos demais através de *n* caminhos, entre eles, a escola e não aceita recusa. É por isso que não há verdadeiro bilingüismo, muito menos multilinguismo, fora da **multiculturalidade** e não há esta como fenômeno espontâneo, mas criado, produzido politicamente, trabalhado, a duras penas, na história” (FREIRE, 2020, p. 215).

“Daí, mais uma vez, a necessidade da invenção da unidade na diversidade. Por isso é que o fato mesmo da busca da unidade na diferença, a luta por ela, como processo, significa já o começo da criação da **multiculturalidade**. É preciso reenfatizar que a **multiculturalidade** como fenômeno que implica a convivência num mesmo espaço de diferentes culturas não é algo natural e espontâneo. É uma criação histórica que implica decisão, vontade política, mobilização, organização de cada grupo cultural com vistas a fins comuns. Que demanda, portanto, uma certa prática educativa coerente com esses objetivos. Que demanda uma nova ética fundada no respeito às diferenças” (FREIRE, 2020, p. 215-216).

“Num primeiro momento a luta pela unidade na diversidade que é obviamente uma luta política, implica a mobilização e a organização das forças culturais em que o corte de classe não pode ser desprezado, no sentido da ampliação e no do aprofundamento e **superação da democracia puramente liberal**. É preciso assumirmos a **radicalidade democrática** para a qual não basta reconhecer-se, alegremente, que nesta ou naquela sociedade, o homem e a mulher são de tal modo livres que têm o direito até de morrer de fome ou de não ter escola para seus filhos e filhas ou de não ter casa para morar. O direito, portanto, de morar na rua, o de não ter velhice amparada, o de simplesmente não ser” (FREIRE, 2020, p. 216).